



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROPOSIÇÃO DE LEI N.º 546/2001

Altera dispositivos da Lei nº 1.133, de 26 de outubro de 1995, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde.

A Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 4º da Lei nº 1.133, de 26 de outubro de 1995, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. O Conselho Municipal de Saúde será composto por oito membros efetivos, sendo quatro representantes do Poder Executivo e quatro representantes da Sociedade, assim distribuídos:

I – Membros do Poder Executivo:

- a) um representante da área de Saúde;
- b) um representante da área de Finanças;
- c) um representante da área de Educação;
- d) um representante da área de Assistência Social.

II – Membros da Sociedade:

- a) um representante das Associações Comunitárias;
- b) um representante dos Sindicatos Patronais;
- c) um representante dos profissionais da Saúde, no Município de Indianópolis;
- d) um representante dos trabalhadores na Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), no Município de Indianópolis.”

Art. 2º. Fica revogado o § 3º do art. 4º da Lei nº 1.133/95, passando o seu § 4º ser assim redigido:

“...

§ 4º. A representação dos trabalhadores do SUS será definida em consenso entre os prestadores de serviços ao Sistema, no Município de Indianópolis.”

Art. 3º. O § 2º do art. 5º da Lei nº 1.133/95 fica assim redigido:

“Art. 5º. ...

§ 2º. O Coordenador de Saúde será membro nato, cabendo-lhe a Presidência do Conselho de que trata esta Lei.”

M. Silva
SM Resende



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 5 de fevereiro de 2001.



José Joaquim Pinto

Presidente



Jackson José Alves da Silva

Vice-Presidente



Sebastião Miranda de Resende

Secretário